

APES

0113

AV. TEIXEIRA, A
PI 57168.00/00/11

P-5773

ENSINO MÉDIO

Nesse mundo do ensino primário, algo informe e desordenado, compreendendo escolas estaduais, congestionadas em dois, três e até quatro turnos de matrícula, escolas municipais, com instalações e com professores despreparados, e escolas particulares livres, tôdas ou de simples alfabetização ou de caráter, como vimos, propedêutico e seletivo, passamos ao mundo do ensino médio.

A transição é algo de radical. Não é apenas um novo nível mas um novo reino, ou, então, a entrada definitiva no reino da educação seletiva. Como a marcar a violenta transformação, há que registrar o rígido ritualismo que caracteriza a passagem. A licença de organização, de programas, de métodos e de escolha de magistério do ensino primário é substituída pelo formalismo mais rígido e por verdadeira inflexibilidade de organização. Distribui-se por cinco ramos esse ensino: o secundário, de caráter nitidamente intelectualista, o técnico-industrial, o agrícola, o comercial e o normal ou pedagógico.

Teoricamente, o secundário seria propedêutico ao ensino superior e os demais, de caráter profissional, destinados ao preparo dos quadros de nível médio de técnicos para a indústria, o comércio, a agricultura e o magistério primário.

Na realidade, todo esse ensino médio se vem fazendo propedêutico ao ensino superior, contentando-se, com o seu preparo para se iniciar no trabalho ativo, aquele grupo de alunos que, não conseguindo adaptar-se à rigidez dos seus padrões, acaba por abandonar o curso ou por dele ser excluído pelas reprovações.

Para confirmar essa observação, basta observar o declínio progressivo de sua matrícula, no gráfico anteriormente apre-

sentado. Dos 230.000 alunos da primeira série do primeiro ciclo, chegam ao quarto ano 95.000. E dos 88.000 do primeiro ano do segundo ciclo, apenas 42.000 chegam à terceira série. Dêstes, a gran atravessar a barreira do vestibular ao ensino superior, pouco mais de 20.000.

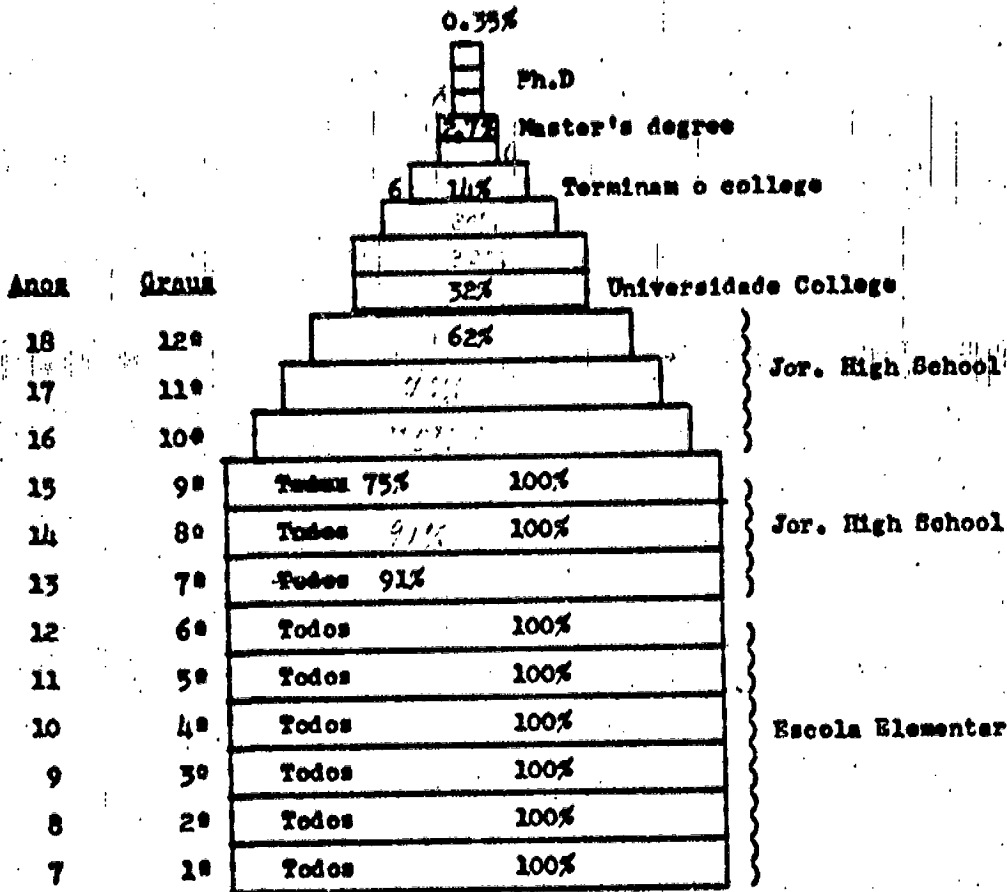
Chegados afinal ao ensino superior, registra-se algo de surpreendente: cessam quase as reprovações. O ensino superior é o menos mortífero dos períodos escolares. Quase todos os seus alunos acabam por se graduar. Não será isto mais uma comprovação do caráter propedêutico de todos os graus que o antecedem? A passagem no vestibular equivale a uma sagração: só com muito esforço o aluno já aí escapará à graduação.

Não é diga que assim deve realmente ser e que, assim, por certo, também acontece nos países já desenvolvidos. A situação na América do Norte, para citar o país de nosso Continente em que é mais intensa a fé na capacidade de promoção social pela educação, o quadro é bem diverso.

Veja-se ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ a situação americana:

Em cada mil habitantes dos E.U. de 7 a 13 anos, todos terminaram a escola elementar e 910 entram na escola secundária aos 14 anos, 750 terminam o 1º ciclo de três anos (J.H.S.) aos 16 anos, 620 terminam o 2º ciclo, (S.H.S.) aos 18 anos. Entram na Universidade 320 e terminam o College (4 anos) 140. Dêstes 27 gradua-se Masters e 3,5 atingem o doutorado (8 a 9 anos de estudos universitários).

0114



Entram e terminam a escola primária de 6 anos, todas as crianças de 7 a 15 anos.

Por esse gráfico pode-se ver quanto é crescente a aspiração do povo americano por mais educação. O processo, entretanto, eleva, cada vez mais, o nível educacional de todo o povo, ficando a função seletiva como um dos aspectos secundários e não o principal da educação. Cada um dos graus se faz, cada vez mais, formador e não apenas selecionador ou propedêutico.

Com efeito, a educação é um processo de estabilidade social e apenas secundariamente de ascensão social.

É pelo êxito na sua missão formadora que a educação se constitui uma força estabilizadora e pela capacidade de encorajar os mais capazes a prosseguir em seus estudos, que se faz uma fronteira de oportunidades para o progresso individual e a ascensão social e, como tal, uma força de renovação. As duas funções da escola - a de estabilidade e a de renovação - devem ser cumpridas mas sem se prejudicarem. O equilíbrio entre as mesmas é uma condição de boa saúde social.

Seja o ensino primário, seja o médio, seja o superior destinam-se, primordialmente, à transmissão de certo nível de cultura indispensável à vida das diferentes classes sociais e, deste modo, a mantê-las estáveis e eficientes. Por outro lado, porém, como esse regime de classes, em uma democracia, é um regime aberto, com livre passagem de uma classe à outra, a escola facilita que os mais capazes de cada classe passem à classe seguinte. Esta, porém, por mais importante que seja, é uma função suplementar da escola e não a sua função fundamental. Se for transformada em seu objetivo mais importante, a escola deixará de exercer a sua função primordial, que é a de ser a grande estabilizadora social e a se fazer uma das causas até da instabilidade social.

Poderá parecer isto algo de reacionário. Na realidade não o é. A educação escolar é uma necessidade, em nosso tipo de civilização, porque não há nível de vida em que dela não precisemos para fazer bem o que, de qualquer modo, teremos sempre de fazer. Deste modo, a sua função é primária a de nos permitir viver eficientemente em nosso nível de vida e somente, em segundo lugar, a de nos permitir atingir um novo nível, se a nossa capacidade assim o permitir. Se toda educação escolar visar sempre a promoção social, a escola se fará, de certo modo, repito, um instrumento

de desordem social, empobrecendo, por um lado, os níveis mais modestos de vida e, por outro lado, perturbando excessivamente os níveis mais altos, levando-lhes elementos que, talvez, não estejam devidamente aptos para o novo tipo de vida, que a escola acaba por lhes facilitar.

São palavras duras estas, sem dúvida, mas, temos de dizê-las, pois, os países subdesenvolvidos são os que mais rapidamente se deixam perder pela miragem da educação como exclusivo processo de promoção social. E este será, sem dúvida, o maior defeito de todo o nosso sistema escolar. Fazendo-se, como se vem fazendo, um simples sistema seletivo, a escola, ajudada pelo caráter democrático de nossa população, está-se constituindo num processo de desorganização da vida nacional, deixando nas atividades fundamentais da sociedade somente os que não se podem educar e elevando todos os que logrem qualquer êxito em seus cursos, mais formais do que eficientes, a condições de vida que vão ser mais produtivas mas apenas conduzir existências mais amenas sinão para vitórias.

Temos examinado, em nossos estudos, este aspecto da escola brasileira sob vários ângulos. Hoje, desejamos apresentá-lo do ângulo da finalidade da escola. Há como que o esquecimento da função por excelência estabilizadora da educação e o exagero da função de promotora do progresso individual.

Como explicar este fenômeno em uma sociedade, sob outros aspectos, tão conservadora como a nossa?

Para entrarmos na análise mais aprofundada desse fenômeno, devemos apreciar certos fatos fundamentais do ensino médio brasileiro e acompanhar a sua evolução nos últimos 30 anos.

Até as alturas de 1925, o ensino brasileiro caracteriza

va-se por um ensino primário de razoável organização, embora de proporções reduzidas, atendido em sua maior parte, pela pequena classe média do país, seguido de modesto ensino secundário, predominantemente de organização privada, e de umas poucas escolas superiores divididas, como a escola secundária mas em proporção bem diversa desta última, contra o ~~grande~~ patrocínio oficial e o privado fortemente subvencionado. O Estado ou o Poder Público mantinha o ensino primário, escolas-padrões de ensino secundário, escolas técnico-profissionais, destinadas aos poucos elementos do povo que atendiam ao ensino primário, e algumas escolas superiores profissionais.

Para dar idéia das proporções desse ensino bastará indicar as matrículas globais: no ensino primário para uma população escolar estimada em, encontravam-se nas escolas; no secundário, para uma população escolar de; o número de alunos frequentes não excedia de; no ensino técnico-profissional, os alunos não iam além de; e no superior, em todo o país, estudavam apenas

Como se vê, a educação escolar existente não penetrava profundamente nenhuma grande camada popular e se caracterizava, perfeitamente, como uma educação da elite, enfimismo pelo qual significamos o fato da educação não atingir ainda os filhos de pais em boa situação econômica na sociedade.

Toda sociedade sobrevive a custa de um mínimo de educação que permita aos pais já educados manter no seu nível social os próprios filhos. Nessas alturas, embora o patriarcado rural já se achasse em desagregação, a nova sociedade mercantil emergente, que o sucederia, guardava os moldes velhos de educação para as profissões liberais, que vinham, de certo modo, satisfazendo as suas ambições ainda cívicas de vitorianismo cabale do tempo do

0176

Império. Na década de 20 é que começa a ebulição política e social, que deflagra, afinal, na revolução de 30, e em com a qual ingressamos em um período de mudança, que representa mais caracterizadamente o início da industrialização na vida nacional.

Como se comportou, durante esse período, o nosso sistema educacional? Até que ponto se modificou para atender às novas necessidades do país? Estas têm sido as questões que agitaram e continuam a agitar o debate em torno dos problemas do ensino brasileiro.

Dois pontos poderão nortear a nossa análise: o caráter ou natureza do ensino necessário ou bastante para a sobrevivência da sociedade agrário-mercantil de antes de 30 e a reconstrução indispensável desse ensino para atender aos imperativos do novo estágio da vida nacional, assegurando-lhe a estabilidade e o progresso. Desejariamos mostrar como não bastaria expandir o sistema arcaico e ornamental do ensino de antes de 20, mas, reconstruí-lo em novas bases, para atender não já apenas a imperativos de sobrevivência de uma elite, mas a imperativos de formação de todo um povo em vigoroso processo de mudança de civilização.

Que temos feito até hoje? Temos, predominantemente, expandido o sistema velho de educação destinado originariamente à formação de uma elite letrada ou profissional liberal para a vida política, burocrática e profissional do país, e só acidentalmente atendido às exigências do novo tipo de vida da nação brasileira.

Sem desejar nos estender sobre matéria que já examinamos em outros trabalhos, vejamos rapidamente os fundamentos dessa afirmação.

Antes de 30, o sistema educacional da elite brasileira, como já acentuamos, era um sistema particular de ensino secundário de caráter acadêmico e intelectualista, com veleidades de imitação

do sistema francês de ensino, seguido das grandes escolas de profissões liberais, estas, em sua maioria, públicas e gratuitas. Para o povo, havia certa quantidade de lugares nas escolas primárias públicas, de onde poderiam êsses poucos alunos se dirigir às escolas normais e técnico-profissionais, estas mantidas em sua quase totalidade pelo poder público e, portanto, gratuitas. Com estas escolas, por dissi-lo, populares, o Estado reconciliava a sua consciência democrática, ferida pela gratuidade do ensino superior, destinado quase exclusivamente à elite.

Ao entrar o país em sua fase de mudança correspondente à industrialização, o renascimento de energias e de esperanças, que acompanha tais processos de transformação, deflagrou uma procura pela educação indispensável às novas oportunidades de trabalho que a vida passou a oferecer, não só diretamente pelo novo tipo de trabalho industrial inaugurado, como, sobretudo, pelas consequências do enriquecimento público e do crescimento da classe média, que o surto industrial e urbano inevitavelmente estimula e provoca.

Para atender essa busca de educação, não estava o país aparelhado, pois, o modesto sistema existente não se propunha resolver o problema da formação das novas classes de trabalho emergentes do surto industrial mas, apenas, a preparar com certas tinturas profissionais os elementos já pertencentes às classes médias e superiores e que encontravam em suas próprias classes todos os estímulos necessários à sua formação propriamente dita.

Por isto mesmo, a educação secundária e, sobretudo, a superior, era uma educação de tempo parcial, servida de professores eminentes, mas, em sua maioria, de cultura geral, relativamente pouco especializada, o que dava às próprias escolas superiores profissionais um ar de academias de cultura do espírito, um tanto ornamentais e um tanto extravagantes e verbalísticas.

Tomada de imprevisto e ainda sem os recursos necessários para o novo empreendimento educacional, a sociedade brasileira não se apercebeu de que a alternativa à sua negligência, seria a expansão para as novas camadas em ascensão social do sistema existente - satisfatório, talvez, para uma sociedade estabilizada e não estagnada em suas reduzidas classes média e superior, como era a sociedade brasileira da década de 20, mas, absolutamente inadequada às novas condições sociais.

O sistema existente tinha a seu favor a vantagem de ser um sistema de educação de custo econômico. Não visando sinão dar cultura geral, ou, se quizerem, teórica, isto é, uma cultura da palavra, da enunciação verbal de problemas e soluções, tal educação se podia fazer por meio do professor e do livro e em tempo ~~de~~ parcial. Por outro lado, o sistema também possuía a grande motivação de "classificar" socialmente o aluno, dando-lhe aquilo que mais seduz na educação, que é a capacidade de consumir mais do que a de produzir.

Tendo o Brasil organizado uma educação superior, pública e gratuita, para as suas classes mais altas e uma escola secundária privada, de caráter propedêutico, para o acesso à superior (o número de ginásios públicos era diminuto) e um sistema de escolas primárias públicas e escolas públicas técnico-profissionais para o povo, seria de esperar que a impotência do Estado em arcar com os novos problemas de educação, não viesse a quebrar esse dualismo e continuássemos a nos esforçar, dentro dos limites de nossas possibilidades, por melhorar as escolas primárias, normais e profissionais, deixando a iniciativa privada a educação de caráter secundário e superior, no aspecto em que buscavam apenas a conservação do status, social ou a conquista desse status.

A primeira vista parecia ser isto que estava acontecendo, quando da reforma da educação de 1930 e até às alturas de 1940. Hoje, entretanto, diante da expansão do sistema educacional brasileiro, já podemos perceber as suas verdadeiras tendências.

O ensino secundário de caráter propedêutico ao superior se expandiu enormemente, o ensino superior gratuito também se expandiu fora de todas as proporções, e o ensino primário e o técnico não somente não se expandiram nas mesmas proporções, como se vêm também tornando propedêuticos ao ensino superior, nesta final a que todos aspiram, sem nenhuma consciência do que representa o custo dessa educação, logo que deixa de ser de cultura geral para se fazer, como é necessário que se faça, de cultura especializada e profunda.

A modesta sociedade brasileira do princípio deste século podia dar-se ao luxo de uma escola superior gratuita para a sua diminuta classe de lazer - gratuidade apenas aparente, pois, localizada em alguns poucos e grandes centros urbanos, obrigava as famílias a deslocar e manter seus filhos nessas poucas cidades servidas de ensino superior - mas, a nova sociedade brasileira não poderia tal fazer com o sacrifício dos seus deveres com a educação do povo brasileiro. Este sacrifício é o que podemos agora ver em toda a sua extensão.

Está o país a suspender, presentemente, pouco mais de 14 bilhões de cruzeiros com o seu sistema educacional (1956).

Como vimos no gráfico apresentado, o sistema acolhe cerca de 5 milhões de crianças no ensino primário, logrando dar o nível equivalente ao quarto grau ou ano escolar a pouco mais de 450 000 crianças. O déficit desse ensino - aceito que bastasse o mínimo de quatro anos de estudos - é de mais de 1.200.000 de ori-

anças, que também deveriam chegar ao quarto grau e que deixam a escola sem o devido aproveitamento. Pois bem, com essa má e deficiente escola primária, destinada a 5 milhões de alunos, despense a nação pouco mais de 6 bilhões de cruzeiros, à razão de 1.200 cruzeiros por criança.

No ensino médio, primeiro e segundo ciclo, acolhe o sistema cerca de 800.000 adolescentes, dispendendo com os mesmos 4 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, numa média por aluno de 5.300 cruzeiros. No ensino superior, acolhemos cerca de 70.000 estudantes, dependendo um total de 3 bilhões e 700 mil cruzeiros, com um custo médio por aluno de 52.000 cruzeiros.

Estudos recentes realizados pela CAPES e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico revelam que a tendência se vem afirmando, cada vez mais, nesse sentido de drenar os recursos públicos para os dois últimos níveis de ensino, com sacrifício cada vez mais patente do ensino primário e da formação popular.

Nas despesas globais com o ensino, em todo o país, a quota com o ensino elementar era em 1948 de 60,3% e chega em 1956 a ser apenas 43,2%. As despesas com o ensino médio de 27,3% do total de despesas com o ensino sobem a 30,8% em 1956. Nesse rateio, entretanto, o caso do ensino superior é o mais espetacular: correspondendo a 12,4% do total em 1948, atingem as suas despesas em 1956 a 26%, ou seja, mais do dobro em oito anos.

Demonstra isto a exacerbação da tendência - já manifesta mas de certo modo controlada no período anterior a 30 - de buscar a classe superior do país obter a sua educação à custa dos cofres públicos. Com o crescimento da classe média, está a mesma também buscando obter do Estado recursos para conservar o seu status social e para poder ascender gratuitamente ao nível da classe média superior, à maneira da velha e menor classe aristocrática do país,

criadora de mau exemplo de se educar à custa do Estado.

Este fato não é somente prejudicial à nação, por lhe retirar recursos para a educação do povo, mas, sobretudo, por defogar todo o espírito da educação brasileira. A forte motivação social que a inspira - ascender no escalão das classes sociais - contribui, não sei se irremediavelmente, para afastar da escola os critérios de eficiência em relação ao seu real esforço educativo e dar-lhe critérios falsos de eficiência, fundados no objetivo secundário de promoção social. A educação se faz ritual, formalística, mais de aparência do que de realidade, pois não visa tanto preparar efetivamente os alunos quanto titulá-los, diplomá-los para o seu novo status-social. Não era isto que fazia ela ao tempo da velha sociedade estabilizada de antes de 30? Porque não há-de continuar a fazer com a nova sociedade fluida e dinâmica de uma nação em expansão industrial?

Há, com efeito, a observar que o desenvolvimento no século XIX e princípios deste século se fez, nos Estados Unidos e, em pequena parte, no Brasil, com a importação de ~~elementos~~ elementos educados que se encarregaram da produção, deixando às classes médias e superiores nativas as vantagens do consumo da riqueza produzida. E enquanto isto fosse possível, não seria, pelo menos, totalmente desastrosa, uma educação de formação do consumidor que é, no final de contas, a educação do tipo da que vimos examinando.

Alteradas, porém, tais condições, sendo praticamente impossível a importação de educação do tipo necessário a um país industrial, temos de produzi-la aqui no país e esse tipo de educação não se faz em escolas de educação formalística e verbal, mas em escolas de real eficiência no preparo do homem para as diversíssimas formas de trabalho inteligente e técnico, que caracteriza a sociedade industrial.

Toda sociedade tem seus processos instrutivos de defesa e de conservação. O Brasil como país agrário e pobre havia desenvolvido um sistema de educação muito engenhoso para a sobrevivência de suas classes altas. Com a decadência do latifúndio, a fronteira que se abria às famílias empobrecidas era a da educação para as funções do Estado, a política e as profissões liberais. Um sistema público, universal e gratuito, de educação não conviria, pois abriria as portas a uma possível deslocação das camadas sociais. Uma escola pública primária gratuita mas pouco acessível, com espírito marcadamente de classe média, poderia servir às classes populares, sem com isso excitá-las demasiado à conquista de outros graus de educação. Como válvula de segurança, as escolas normais e técnico-profissionais se abririam à continuação dos estudos pelos mais capazes. No nível médio, pois, criar-se-iam dois tipos de escolas: o secundário ou propedêutico aos estudos superiores, a ser ministrado em escolas particulares pagas e destinado às classes de recursos suficientes para custear, nesse nível, a educação dos filhos e a escola normal e técnico-profissional, em números reduzidos, pública e gratuita. Criados tais óbices ao acesso ao ensino superior, poderia o mesmo ser público e gratuito. E foi o que se fez, ficando deste modo assegurada às classes dominantes mas empobrecidas do país a oportunidade de dar aos seus filhos a educação necessária às carreiras burocráticas e liberais, com que as boas famílias brasileiras contavam superar as dificuldades da desagregação da classe agrária.

Tivemos, assim, o ensino primário gratuito mas de oportunidades reduzidas, o ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qualquer rápido desejo de ascensão social e o ensino superior gratuito, para atender aos filhos dos pobres enver-

gonhados em que se transformou a elite rural do país. Com esse sistema, assegurou-se a estabilidade social e começamos a marcha para a sociedade de funcionários e doutores que sucedeu ao nosso patriarcado rural.

Ao fazer estas observações, costumo acrescentar que o instinto de defesa da sociedade não ficou completamente tranquilo com esse sistema. A gratuidade do ensino superior havia sempre de oferecer algum perigo. Não seria, então, de todo mau que tal ensino não se aforçasse demasiado em ser eficiente. Os filhos-famílias que o frequentavam eram pessoas bem nascidas, com razoável oportunidade de educação em suas casas, podendo, portanto, suprir as possíveis deficiências da educação escolar.

Não só a possível seriedade desses cursos superiores gratuitos poderia constituir-se um óbice a que o fixassem os filhos pouco inteligentes de nossas melhores famílias, como poderia criar rivais demasiado poderosos por entre os poucos elementos populares que, devido à gratuidade, acabariam por ingressar no ensino superior, como, de fato, e cada vez mais passaram a ingressar.

Talvez seja demasiado cerebrina essa interpretação, mas, confesso julgar necessário achar-se uma explicação para o caráter extremamente ineficiente do nosso ensino superior, até período muito recente.

A hipótese que aqui lanço é a de que essa ineficiência seria um modificador da gratuidade, infelizmente necessária devido à pobreza da classe dominante, mas, reconhecida ou instintivamente pressentida como perigosa pela sociedade medrosa e estacionária, que sucedeu à emancipação dos escravos.

Este modesto sistema de segurança educacional, que funcionou razoavelmente até 30, foi dessa data em diante, tomado de assalto pelas camadas em ascensão social e transformado no tumultuado amampamento educacional dos dias de hoje.

Organizado com o objetivo de servir à periclitante estabilidade social anterior a 30, está agora a servir, com a sua expansão desordenada, dentro de critérios ainda mais graves de ineficiência, a uma verdadeira demagogia educacional, formando, no nível superior, turmas, cada vez mais numerosas, de diplomados de duvidoso preparo para engrossar as fileiras dos candidatos ao emprego público, o que obriga ao Estado, como patrão quase exclusivo nessa massa de pseudo-educados, a alargar cada vez mais os seus campos de emprego.

A velha república de funcionários e doutores estava longe de supor que seu engenhoso sistema de segurança educacional viria a produzir, com a rutura dos freios tão bem imaginados, essa dissolução educacional, graças à qual se vêm multiplicando os estabelecimentos de ensino superior gratuitos, a fim de poder acolher todos os que logrem atravessar a barreira, cada vez mais fácil, do ensino médio.

Longe de ter assegurada a sobrevivência da elite tradicional, o ensino superior gratuito está servindo para diplomar uma falsa elite e para aumentar até o ponto de perigo a inflação burguesa do país, constituindo os diplomados a clientela dos partidos políticos, que passam a defender as formas mais exóricas de estatismo, em contradição com os postulados políticos de sua posição de partidos de centro, sinão francamente de direita.

Cumpra-nos fazer essa advertência, sob pena de não podermos defender perante a parte lúcida da nação, a necessidade de

recursos abundantes para a educação, se esta se faz não a fonte de preparo de elementos produtivos para o país mas de elementos improdutivo ou apenas semiproduto, antes aumentando o onus de despesas improdutivo da nação do que lhe socorrendo as forças de produção.

Porque já aqui cabe mostrar que, ao contrário da educação para o consumo de uma classe já rica e que precisa de escola para manter o seu status social e aprender a gastar, com gêsto, a sua fortuna, e consumir com aspírita a sua vida, a educação para a produção não pode ser nem barata nem ineficiente. Não quero dizer que toda a educação para o lazer seja barata e ineficiente. Bem sei que essa educação pode ser custosa e até custosíssima. Acredito porém que se compreenda que sendo a educação para o lazer, a ineficiência possa não ser punida com consequências demasiado desastrosas, pois o educado já se sustenta, estando e sendo educado tão somente para consumir melhor os bens que já possui.

Já a educação para a produção é, naturalmente, mais exigente. E se não for eficiente, haverá destruído o seu objetivo e, e que é mais grave, haverá transformado o educado em um passivo e não um ativo da sociedade, que nele despendeu os seus recursos com o fim de rehavê-los e com juras, por isto e só por isto podendo aplicar em sua educação o dinheiro do povo.

Essas duas escolas de ensino eficiente e de ensino ineficiente são bem conhecidas entre nós. Para exemplificá-las, temos as escolas médias técnico-profissionais, as escolas de engenharia, as escolas de medicina. Todos sabemos o seu custo. Um médico da Escola de Medicina de São Paulo custa ao Estado nada menos de 2 milhões e 500 mil cruzeiros. Um aluno de uma escola técnicoindustrial não deve custar, com o curso completo, hoje de sete anos,

menos de 1/2 milhão de cruzeiros. Os alunos de escolas agrícolas médias andam a custar uma média de 50 mil cruzeiros por ano. Concordaria que certos estudos exigem despesas menores de equipamento, mas, todos os estudos são caros, só podendo ser baratos rápidos adexramento de tipo muito especial. A chamada cultura geral, quando verdadeiramente ministrada, é das mais caras. Exigem estudos demorados, contactos prolongados com professores da mais alta cultura, bibliotecas imensas e tempo, muito tempo para o estudante se concentrar na lenta e contínua absorção da cultura passada e presente.

Todos esses estudos de formação para o trabalho, seja o trabalho intelectual, científico, técnico, artístico ou material dificilmente podem ser estudos de tempo parcial, dificilmente podem ser feitos em períodos apenas de aula, exigindo além disto longos períodos de estudo individual - e para tal grandes bibliotecas, com abundância de livros e de espaço para o estudante - longos períodos de prática em laboratórios, salas-ambiente, ateliers, etc., e longos períodos de convivência entre os que se estão formando e os seus professores. Somente com professores de tempo integral e alunos de tempo integral poderemos formar esses trabalhadores de nível médio e o mesmo temos de dizer do ensino superior, na preparação dos intelectuais, técnicos, cientistas e professores de alto nível. Somente podem ser simplificados tais estudos, se não visarmos verdadeiramente preparar o estudante mas obrigá-lo a algumas atividades formais como condição para lhes dar certos títulos de valor pre-estabelecido.

ENSINO SUPERIOR

Já vimos, em nossa análise do ensino médio, a expansão do ensino superior. Possuíamos em 1936, 173 instituições de ensino superior, sendo 160 escolas profissionais, 3 escolas de filosofia, 8 de economia, 1 de educação física e 1 de sociologia e política. Em 1956, eleva-se o número a 316, sendo 208 escolas profissionais, 43 de filosofia, 38 de economia, 8 de educação física, 8 de biblioteconomia, 22 de serviço social, 8 de jornalismo e nove outras diversas.

Pode-se ver que a grande expansão foi de escolas de filosofia e de economia que subiram 11 a 83, de educação física de 1 para 8 e as novas pequenas escolas de biblioteconomia, serviço social, jornalismo, etc., que inexistentes em 1936, chegaram a 47 em 1956.

No campo profissional propriamente dito, o crescimento é um tanto menor: 160 em 1936, 208 em 1956. Incluímos nesse campo o direito, a engenharia, a medicina, a farmácia, a odontologia, a agronomia, a arquitetura, a química industrial e a veterinária e as belas-artes. Trata-se do quadro de profissionais de nível superior. Concluíam o curso em 1936 nesse campo 3.990 alunos e em 1956, concluíram 8.469. O crescimento maior é o de engenheiros que de 220 em 1936, ascenderam em 1956 a 1223. Já os médicos, em 1936, eram 1.376 e em 1956, 1.465, aumentando apenas de 80, isto é, cerca de 6%. Já os bacharéis em direito, mais do que dobram, passando de 1.213 a 2.810. Interessante é o caso das Belas-Artes. Cresce o número de escolas de 4 para 10, concluindo o curso nas 4 em 36, 12 alunos e nas 10 em 1956, 53 alunos, à razão de 3 e 5,3 alunos diplomados por escola. Pode-se bem avaliar o custo desses diplomados.

Tomados todos os 11,34^º diplomados em todas as escolas superiores em 1955 e considerando-se que o ensino superior está a despendar 3 bilhões e 665 milhões de cruzeiros por ano, a média do custo de um diplomado de nível superior seria de 322.000 cruzeiros, cifra muito pouco expressiva, pois a média é de custos demasiado heterogêneos, a exemplo do custo da formação de um médico e de um bacharel em direito, ou em economia.

O problema que suscita o ensino superior é o de como custeá-lo. Não seria justa a gratuidade, não depois de estar plenamente resolvidas a educação popular primária e a média, em proporção considerada necessária ao desenvolvimento do país. Todo o ensino gratuito deve ser universal. Nos casos de estudo, acessíveis apenas a alguns, deve o mesmo ser pago pelo interessado. Quando o Estado for o interessado, deve ser organizado um sistema de bolsas e um concurso apropriado à seleção dos bolsistas.

Aliás este é o princípio consagrado pela Constituição: o ensino primário será gratuito e o posterior ao primário, gratuito para todos que provarem insuficiência de recursos. Este princípio deixa subentendido que o ensino posterior ao primário seja atingido por alguma forma de concurso. Para que este concurso tenha valor para o Estado; a fim de prover ele o custeio dos estudos, seria necessário que o concurso fosse feito por meio de exames de Estado. Sabemos, porém, como é grande a reação contra os exames de Estado.

A necessidade de educação no Brasil se mede pelo quadro abaixo. O nosso déficit no ensino primário é da ordem de 1.200.000 crianças, em números redondos, para assegurar 4 graus escolares a todas as crianças de 7 a 11 anos de idade.

Considerando-se que esse mínimo já não é satisfatório e que precisamos elevar a escolaridade a 6 anos, temos que o déficit

sobe a 3.668.000, incluindo-se os alunos de 12 e 13 anos. Semente esse déficit não poderá ser coberto por menos de 4 bilhões e 16 milhões, a razão se Cr\$ 1.200 por aluno, custo médio atual do aluno em todo o Brasil.

Se admitirmos que no ensino médio, devemos elevar a matrícula nos dois últimos anos do 1º ciclo pelo menos ao dobro da atual; teremos que devemos receber, nas duas séries, mais 223.000 adolescentes, que importarão no mínimo em mais 1 bilhão e 160 mil cruzeiros, a Cr\$ 5.200 por aluno, custo médio atual.

Resta o aumento a ser previsto para o curso de colégio ou segundo ciclo do ensino médio e para o ensino superior. Para o segundo ciclo, o aumento mínimo seria de 50% da matrícula atual, o que elevaria os atuais 192.000 a 288.000, com uma despesa mínima de mais 300 milhões de cruzeiros.

No ensino superior, o aumento se faria num sistema de prioridades, em que as escolas de engenharia e os estudos científicos ocupariam o primeiro lugar.

Para uma expansão dessa ordem, não é possível contar somente com os recursos orçamentários, embora estes tenham de ser elevados ao máximo da resistência da nação.

Tomando-se a renda total da nação, que foi em 1956 de 641,2 bilhões e considerando-se que em 1953 a nação despendeu com educação 2,8% dessa renda, teremos que não seria impossível a despesa em 1956 de 19 bilhões e 353 milhões. Como apenas despendemos 14 bilhões e 63 milhões, teríamos a margem possível de 5 bilhões e 288 milhões, o que daria para o aumento do ensino primário e do ensino médio, com exceção do segundo ciclo. Isto, sem onerar a sociedade mais do que foi ela onerada no ano de 1953.

Admitindo-se que este não seja o máximo, poder-se-iam

ainda criar taxas de matrícula, a contar do ensino médio, a ser pago por todos os alunos, para cobrir as despesas de ensino acima da média das despesas atuais, o que daria margem ao melhoramento do ensino. Os alunos que não pudessem pagar, receberiam bolsas de estudos, a serem custeadas pelos interessados no preparo ministrado pelas escolas, de acordo com o nível de estudos e os seus diferentes ramos. O Estado, o Comércio, a Indústria, os Serviços Públicos se associariam na constituição desses fundos para bolsas de estudos de acordo com os seus interesses mais particulares, seja no ensino médio, seja no superior.

Estabelecido que fôsse o regime do ensino pago pelo aluno, acima de um mínimo básico a ser custeado pelo Estado, em cada curso, melhorar-se-ia o tom da seriedade de todos os estudos, professores e alunos se tornando responsáveis pela sua eficácia e pelo seu resultado. A gratuidade generalizada de hoje concorre, indiscutivelmente, para certa irresponsabilidade reinante no campo do ensino.

* * *

Outro aspecto a considerar no ensino superior, é o do trabalho remunerado do estudante. É evidente que devemos admiti-lo, mas, somente no próprio estabelecimento de ensino. Trabalhos de secretaria, de datilografia, de arquivamento, de auxílio técnico, de biblioteca, todas as funções suscetíveis de serem organizadas na base de tempo parcial devem ser postas à disposição dos alunos que, deste modo, ganharão para sua subsistência e para o pagamento das taxas de matrículas. Organizadas as escolas no regime de tempo integral, com refeições, estudos, esportes, recreação, aulas, trabalhos de laboratório e exercícios práticos, muita função remunerada poderá ser criada para os estudantes, assegurando-lhes deste modo certa renda para custeio das despesas dos estudos.

ENSINO MÉDIO

No ensino médio, depois do estabelecimento da equivalência dos estudos entre o ramo secundário e os ramos ditos profissionais, ou sejam comercial, técnico-industrial, agrícola e normal, temos algumas tendências a registrar. Embora o secundário continue a ser o ramo dominante, com 537.000 alunos no 1º ciclo e 82.000 no 2º ciclo, já são 92.000 os que fazem o 1º ciclo nas escolas não secundárias e 110.000 os que fazem o 2º ciclo, isto é, número superior em cerca de 30.000 aos matriculados em colégios clássicos ou científicos.

Os segundo ciclos dos cursos comerciais e normais caminham para terem matrícula equivalente ao do segundo ciclo do secundário. Será interessante examinar se esse acréscimo de matrícula corresponde a um real desejo de realizar o curso profissional de nível médio, ou se estão apenas procurando tais cursos, porque são mais fáceis do que os de colégio.

Em todo caso, trata-se de uma nova tendência que deve ser observada com cuidado.

Todos esses cursos são de natureza mais prática do que os dos colégios, mas, também têm professores de mais baixo preparo, podendo, caso a maioria dos seus alunos procurem o ensino superior, serem os responsáveis pelo fraco índice de escolaridade revelado nos exames vestibulares.

NOTA: - Pedir ao Dr. Ovídio para levantar os dados relativos ao 2º ciclo de todos os ramos a partir de 1953, data da lei de equivalência.